

A ESFINGE DA ESQUERDA BRASILEIRA: DECIFRANDO JUNHO A PARTIR DE PORTO ALEGRE E DE UM NOVO CICLO DE GREVES E LUTAS SOCIAIS

Carlos Fernando de Quadros¹

Frederico Duarte Bartz²

Guilherme Machado Nunes³

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. A partir do caso de Porto Alegre, pretende-se compreender a insurreição popular que tomou as ruas do país como um ponto de inflexão em uma conjuntura que já se desenhava conflituosa desde, pelo menos, 2012, com o aumento do número de greves, os debates sobre a cidade e a ocupação do espaço urbano, e a emergência de novas formas de protesto e movimentos sociais. Também serão trazidos à discussão alguns posicionamentos assumidos pelo Partido dos Trabalhadores, os limites de sua política e o surgimento de uma nova interpretação a partir de uma intelectualidade petista que tenta vincular o golpe de 2016 aos movimentos populares surgidos em 2013.

Palavras-Chave: Jornadas de Junho; insurreições; novos movimentos sociais; Partido dos Trabalhadores (PT).

THE BRAZILIAN LEFT SPHINX: DECIPHERING JUNE FROM PORTO ALEGRE AND A NEW STRIKES AND SOCIAL STRUGGLES' CYCLE

Abstract: This article aims to discuss the Journeys of June 2013 in Brazil. From the case of Porto Alegre, it is intended to understand the popular uprising that took the streets of the country as a turning point in an environment that had already been conflicted since at least 2012, with the increase in the number of strikes, debates about the city and the occupation of urban space, and the emergence of new forms of protest and social movements. It will also be brought to the discussion the positions taken by the Workers Party (PT, in Portuguese), the limits of its policy and the emergence of a new interpretation from the PT intellectuality that tries to link the coup of 2016 to the popular movements that emerged in 2013.

Keywords: Journeys of June; insurrections; new social movements; Workers' Party (PT).

* O texto não possui relação com as dissertações e teses dos autores, sendo antes resultado de reflexões comuns desenvolvidas em algum tempo.

¹Mestre em História Social e doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo. E-mail: carlosfquadros@gmail.com

²Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Técnico em Assuntos Educacionais pela mesma instituição. E-mail: frederico.duartebartz@gmail.com

³Mestre e doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: guilherme.mnunes@gmail.com

Há uma anedota que sugere que, certa vez, quando perguntado sobre a Revolução Francesa, o dirigente comunista chinês Mao Tsé-Tung teria respondido: “ainda é muito cedo para avaliar”. A frase parece lapidar para pensarmos as jornadas de junho de 2013 no Brasil. Ao que tudo indica, alguns de seus desdobramentos ainda não estão se fazendo sentir – ou ainda não são percebidos como tais –, mas de qualquer forma, apenas quatro anos, muita repressão e um golpe parlamentar depois, cabe uma reflexão. Sobretudo porque, após esse golpe, ganha renovada força uma versão difundida a partir da intelectualidade petista: junho foi responsável pela derrubada de Dilma Rousseff.

O que se pretende aqui é, a partir do caso de Porto Alegre, mapear e sistematizar o que têm sido escrito sobre o evento, assim como suas diversas interpretações, a fim de contribuir para a compreensão do fenômeno que ainda habita o imaginário de organizações e militantes – seja com ares nostálgicos, seja com amargor. Em um primeiro momento será feita uma brevíssima reconstituição da conjuntura que antecedeu as manifestações, destacando pontos que indicam o aumento das lutas populares, no mínimo, desde 2012. Em seguida, serão discutidos os desdobramentos de junho, as tentativas do Partido dos Trabalhadores (PT) e do governo Dilma em lidar com os protestos. Finalmente, para concluir, será feito um balanço sobre algumas interpretações, sobretudo aproximadas do campo petista, das jornadas de junho.

I. Junho: raio em céu azul?

Quem estava afastado do cotidiano das lutas sociais foi pego de surpresa com a volta das manifestações de massa no Brasil a partir dos atos convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo, em junho de 2013.

A despeito de muitos terem se surpreendido, o MPL contava então já oito anos de existência, sendo a sua formação inspirada (segundo documentação da própria organização) por ocorrências em Salvador – a “Revolta do Buzu”, de 2003 – e Florianópolis, com a “Revolta da Catraca”, um ano depois (MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO, 2013: 14-15). Com menor destaque, inclusive por razões de menor contingente humano, as mobilizações em torno do transporte público seguiram ocorrendo no país todo de acordo

com os periódicos reajustes de tarifa. Sendo esta questão uma das facetas da luta pela apropriação do espaço urbano, vale destacar que, na mesma década entre os eventos na capital baiana e as mobilizações massivas de 2013, outros movimentos para além do Movimento Passe Livre e diretamente vinculados a outros problemas da vida social em cidades disputavam os rumos dessas. Vale mencionar, assim, os casos do Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), Comitês Populares da Copa, entre tantos outros grupos e coletivos os mais variados (VAINER, 2013: 39-40).

Os eventos aqui citados remetem, está claro, ao período em que o governo federal brasileiro foi capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores e outras agremiações aliadas. Evitando aqui se deter na discussão (demasiado complexa para os limites desse artigo) sobre o caráter da “década lulista”, já analisada por extensa e importante bibliografia crítica, é possível assumir alguns rápidos pressupostos para fim de contextualização do processo aqui em tela. Em síntese, cabe destacar que a atuação petista, enquanto partido de governo, se orientou pela continuidade da política macroeconômica do governo anterior, capitaneado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), incluindo significativas lideranças da classe trabalhadora no próprio Estado, via fundos de pensão, o que conduziu ao prosseguimento do refluxo da atuação de organizações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), as quais já se encontravam combalidas durante a década de 1990 pelo avanço praticamente sem peias do neoliberalismo, acompanhado, é claro, de um aumento em episódios repressivos, tais como na ocupação militar de refinarias em reação à greve dos petroleiros em 1995 e no massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996. Fator que não é de menor importância no período em que o PT ocupou a chefia do Poder Executivo é o da inclusão de um enorme contingente da população brasileira no consumo através de políticas de assistência à renda, como o programa Bolsa Família, o que concorreu para efetivação de um mercado interno de massas. Destaca-se aqui que os governos petistas não foram responsáveis apenas pela inclusão de ampla coletividade no mercado de consumo, mas também no mercado de trabalho.

O ciclo político aberto no ano de 2003 teve como uma de suas marcas o ingresso de expressivas somas populacionais no emprego formal, especialmente no setor de serviços. O mundo do trabalho em tal período – de vigência do “ciclo de acumulação pós-fordista” –

tem por características a terceirização, a privatização e a financeirização, as quais, segundo Ruy Braga, são condensadas exemplarmente no grupo de operadores de “telemarketing” (BRAGA, 2013: 80). O sociólogo, que realizou entrevistas com inúmeras trabalhadoras de tal setor (não é por acaso, aliás, o uso do gênero feminino aqui, pois uma característica importante do serviço de “telemarketing” é o de expressivamente assalariar mulheres), destaca que nas suas falas era clara a contraposição ao trabalho de suas mães – em geral, empregadas domésticas – como base explicativa para a sua procura pela ocupação como operadoras. Não só isso, o trabalho na indústria do “call center” possibilitaria a garantia de direitos trabalhistas e a conclusão do ensino superior (em cursos privados noturnos, os quais, inclusive, passaram por significativa expansão nos anos 2000 com o apoio do governo federal). Estes claros investimentos pessoais em uma oportunidade de melhora da condição de vida a partir do ingresso no mercado de trabalho formal contrastavam com o ritmo de exploração da força de trabalho perpetrado pelas empresas de “telemarketing”, caracterizadas por um regime de altíssimas taxas de rotatividade, precarização das empregadas (que não raro relatavam estafa psicológica e física decorrentes das metas e restrições impostas no ambiente laboral) e pagamentos de, no máximo, 1,5 salário-mínimo. Não falta muito para a esperança ser transformada em frustração social, especialmente se articulada aos tantos problemas da condição do “viver em cidades”, latentes, cujos indícios estão na emergência dos movimentos ligados a tal questão e citados há poucos parágrafos (BRAGA, 2013: 81).

As formas de resistência constituem um indicativo fundamental do descontentamento compartilhado no espaço de trabalho, sendo a greve a forma por excelência de resistência e reivindicação no ambiente laboral. Ainda no que toca a indústria do “call center”, entre a metade dos anos 2000 e os primeiros anos da década seguinte o número das horas paradas cresceu gradualmente de forma tão expressiva ao ponto das profissionais envolvidas destacarem-se em mobilizações nacionais. Não eram só elas que se movimentavam, sendo a reivindicação a tônica do início dos anos 2010, como afirma novamente Braga, cuja leitura encontra eco na interpretação aqui aventada:

Após as recentes greves nas usinas de Jirau e Belo Monte e nos complexos de Santo Antônio, Suape e Comperj, além da violenta desocupação da comunidade do Pinheirinho, em São José dos Campos

(SP), apenas os muito desavisados não haviam percebido que os sismos aproximavam-se rapidamente das grandes metrópoles. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o número de horas paradas em 2012 foi 75% superior ao de 2011, alcançando um pico histórico inferior apenas aos de 1989 e de 1990. A combinação da desaceleração do crescimento econômico com um mercado de trabalho ainda aquecido pode nos ajudar a explicar esse fenômeno (BRAGA, 2013: 81).

Reafirmando-se o caráter precarizado das operadoras em “telemarketing”, chama a atenção a coincidência entre a composição desse setor profissional com a composição dos manifestantes nas ruas em 20 de junho de 2013 no Rio de Janeiro “70,4% dos manifestantes estavam empregados, 34,3% recebiam até um salário-mínimo e 30,3% ganhavam entre dois e três salários-mínimos. A idade média era de 28 anos, ou seja, a faixa etária dos que entraram no mercado de trabalho nos últimos dez anos” (BRAGA, 2013: 82). Assim, não é forçoso trabalhar com a hipótese que um dos setores da classe trabalhadora que maior combatividade demonstrou em torno da sua reivindicação enquanto classe trabalhadora, ou seja, pelas greves, provavelmente protagonizou as manifestações demonstrando a sua reivindicação por direitos sociais e insatisfação, por vezes difusa, com o que lhe parecia deletério nos rumos do modelo de desenvolvimento.

Após retomar sumariamente esses elementos, é cabível iniciar a argumentação, portanto, afirmando que o primeiro mandato de Dilma Rousseff foi marcado pelo aumento do conflito social, especialmente naquilo que tange ao trabalho, em relação aos governos anteriores capitaneados pelo PT. Um exemplo, nesse sentido, é o da greve de 120 dias dos docentes das Universidades Federais, ocorrida um ano antes do emblemático junho de 2013. Segundo Marcelo Badaró Mattos, desde 2005 a categoria não entrava em greve, e desde 2001 “não vivia uma mobilização com dimensões comparáveis às do movimento deste ano” (MATTOS, 2012: 136). As pautas da greve eram uma nova carreira para o magistério superior e melhores condições de trabalho, que haviam se deteriorado muito em função da expansão universitária sem o correspondente investimento em infraestrutura decorrentes do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Segundo Badaró Mattos,

Na prática, o que hoje se observa são salas de aula superlotadas, falta de laboratórios, bibliotecas e outras instalações essenciais, pois a expansão

física das universidades já existentes foi muito limitada. Quanto às novas universidades criadas desde 2003 e aos novos campi das universidades mais antigas, abertos com o Reuni, pode se dizer que operam em um nível de precariedade insustentável e funcionam em alguns casos, em contêineres metálicos ou muitas vezes em prédios adaptados de escolas de ensino fundamental. Não à toa, docentes e estudantes das novas instituições e áreas de expansão foram dos primeiros a se mobilizar (MATTOS, 2012: 137)⁴.

O autor destaca que o grosso das reivindicações não foi atendido, mas ressalta a importância da greve para pôr em questão qual o projeto de expansão universitária pretendido pelo governo. Além disso, “a greve significou a entrada em cena de um conjunto muito amplo de docentes que ingressaram nas universidades nos últimos anos e se deram conta de que nesse projeto precário de expansão, não há espaço para uma carreira estruturada nem para condições de trabalho que garantam a qualidade do trabalho universitário” (MATTOS, 2012: 140). Isso, somado à adesão de discentes e ao fortalecimento do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) configuraram importantes avanços para a categoria.

Da mesma forma, naquele mesmo ano, do dia 11 de junho ao dia 27 de agosto, esteve em curso a greve dos servidores técnico-administrativos das instituições de ensino federais liderados pela Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra). A greve resultou em um reajuste salarial e vários avanços no plano de carreira da categoria (PCCTAE). Assim como no caso dos professores, a greve da Fasubra se deu em um contexto de entrada de um grande contingente de servidores novos, que se integraram ao sindicato e iniciaram uma atividade política em um momento em que se aprofundava um processo de sucateamento da universidade⁵. Toda esta conjuntura acabou transformando o inverno de 2012 em um

⁴Ainda segundo o autor, essa foi a proposta do grupo grevista: Em termos concretos, o que os professores propuseram como pauta da greve foi uma carreira única de professor federal (unificando as atuais carreiras de ensino superior e ensino básico, técnico e tecnológico) com uma única linha no contracheque (incorporação das gratificações e adicionais), organizada em 13 níveis com progressão a cada dois anos. O piso salarial para o professor 20h corresponderia ao valor proposto para o salário mínimo pelos cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e a variação entre os níveis seria de 5%. Em cada nível haveria diferentes acréscimos salariais referentes aos percentuais de titulação (especialização, mestrado e doutorado).

⁵<https://fasubra.org.br/index.php/fasubra/126-delegados-a-plenaria-nacional-estatutaria-fazem-balanco-da-greuve-de-2012>. Para documentos mais detalhados, ver <https://www.fasubra.org.br/index.php/modules-menu/category/15-informes-de-greuve-2012>. Acesso em: 8 set 2017.

período de uma verdadeira greve nacional da educação, com uma série de debates sobre o caminho a ser tomado pelo Governo Federal quanto aos recursos públicos e a construção de uma crítica bastante dura contra as desonerações fiscais aplicadas naquele momento.

Tomamos um exemplo paradigmático para mostrar que a imagem de completa paz e concordância não correspondia à realidade. O exemplo das Instituições Federais de Ensino pode parecer bastante particular, mas nos demoramos nele porque nos parece estranho que muitos daqueles que analisam 2013 como o ponto de partida para a queda de Dilma Rousseff e que são historiadores (tanto professores, quanto técnicos e estudantes) ignorem completamente o que ocorria diante de seus olhos naquele período. Talvez não tivessem participado daquelas mobilizações ou mesmo fizessem um esforço para ignorar o que ocorria ao seu redor, por escolha própria ou das organizações políticas a que estavam ligados...

Seria completamente falso, porém, acreditar que estas mobilizações ocorriam somente no âmbito das universidades e institutos federais – nesse sentido, vale remeter ao exemplo das trabalhadoras em “call center” já citado no início desse artigo. Os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese) fornecem informações valiosas para compreender que a panela de pressão social que explodiu em junho de 2013 vinha com constantes aumentos de temperatura. Em publicação de 2012, a entidade constatou que o número de greves daquele ano confirmava “a tendência de aumento do número de greves verificada a partir de 2008. As informações da série histórica também revelam que o total de greves cadastrado em 2012 é o maior verificado desde 1997” (DIEESE, 2012: 2)⁶. Em 2013, o aumento foi de 134%, e o país vivenciou 2.050 greves (DIEESE, 2013: 2; BARTZ, 2016).

Algumas ocorrências na cidade de Porto Alegre também constituem um elemento-chave para compreender a conjuntura. Em 4 de outubro de 2012, no Centro da cidade, um ato público com presença de milhares de jovens marcou a origem do coletivo Defesa Pública da Alegria, que questionava a privatização de espaços públicos e outras consequências advindas da realização da Copa do Mundo no Brasil. Naquela noite, enquanto os candidatos à prefeitura de Porto Alegre debatiam para a audiência da RBS,

⁶Antunes e Braga mostram que ainda em 2011 ocorreu uma grande onda de greves nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Foram ao todo 170 mil trabalhadores em greve no país naquele ano (ANTUNES; BRAGA, 2014: 44).

filiada gaúcha da TV Globo, um grupo de jovens protagonizava diversas apresentações artísticas, cirandas e rodas de capoeira. De acordo com a imprensa de esquerda porto-alegrense, a “forma pacífica e animada” era a tônica da manifestação festiva, onde entre cervejas e confraternização, também se faziam presentes canções e palavras de ordem dirigidas contra o prefeito José Fortunati. Candidato à reeleição pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), Fortunati representava o consórcio composto por Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Progressista (PP), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e outros partidos fisiológicos que governavam Porto Alegre desde 2004, acusados da privatização de diversos espaços públicos da cidade. Entre as expressões e linguagens mobilizadas, um cartaz significativo: “O progresso parece retrógrado”⁷.

Mais para o fim da noite, um grupo começou a dançar em torno do mascote da Copa, um tatu inflável gigante. Enquanto um dos candidatos à prefeitura da cidade, professor universitário de Direito, em crítica ao que considerava descuidos da Secretaria de Turismo local, declarava para os expectadores do debate que “Porto alegre é linda, assim como as mulheres muçulmanas que estão todas tapadas, e deve ser mostrada”, cidadãos críticos à privatização explícita de espaços consagrados à vida pública experimentavam a barbárie da Brigada Militar, uma velha conhecida da periferia: bombas de gás lacrimogêneo, cassetetes e balas de borracha levaram oito pessoas ao hospital e feriram outras tantas, antecipando o que viria no ano seguinte⁸.

A mídia de direita, hegemônica, noticiou que o episódio ocorrido no Largo Glênio Peres se caracterizou por um “confronto” entre os manifestantes e “aproximadamente 80 PMs”. Na expressão confronto fica subentendido o acontecimento de um embate entre partes iguais. Nada mais distante do acontecido⁹.

⁷<http://www.sul21.com.br/jornal/manifestacao-termina-em-batalha-campal-no-centro-de-porto-alegre/> Acesso em 28 ago 2017.

⁸A polícia afirmou que os manifestantes estavam depredando o “patrimônio”, mas um laudo posterior mostrou que o tatu não sofreu um rasgão sequer, apenas foi esvaziado em virtude da pancadaria. Os grandes jornais do país inteiro se apressaram em afirmar que a prefeitura de Porto Alegre pediu à FIFA um novo mascote, informação que logo foi desmentida. Cf: <https://www.sul21.com.br/jornal/manifestacao-termina-em-batalha-campal-no-centro-de-porto-alegre/>; <http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,mascote-da-copa-2014-e-destruido-em-confronto-em-porto-alegre,940817>; <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/10/intacto-tatu-bola-nao-volta-ao-largo-glenio-peres-3915874.html>. Acesso em 08 ago 2017.

⁹<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/10/protesto-na-capital-termina-em-confronto-com-a-policia-e-ataque-a-mascote-da-copa-3907570.html> Acesso em 28 ago 2017.

A luta pelo espaço urbano não se constituía uma singularidade de Porto Alegre – ela é, isto sim, um processo que ainda não está completo e cujo caráter é nacional. Na outra ponta do país, em Recife, capital de Pernambuco, é possível apreender outra forma da mesma contradição.

Em termos de representação artística do problema, vale prestar atenção quando, no famoso e premiado longa-metragem *O som ao redor* (2012), de Kleber Mendonça Filho, são apresentados alguns contrastes, na experiência e na memória do personagem Anco, interpretado por Lula Terra, entre a velha e a nova rua. A primeira, com o chão batido e as casas pequenas com jardim, poucos carros estacionados e a quase ausência de muros e portões, enfim, um espaço caracterizado pelo seu ritmo lento de subúrbio; a segunda, por sua vez, lotada de prédios altos, asfalto para o grande número de carros e, é claro, marcada pelo desejo unânime dos bairros de classe média do Brasil moderno: segurança privada. Uma demanda nova, presente seja nos sonhos intranquilos das crianças, seja perante o Coronel. Agora cidadão e investidor imobiliário, esse coronel é atormentado pela mesma violência que, em seu passado, utilizou para a acumulação de capital. Tal qual *O cortiço*, clássico literário de Aluísio Azevedo, o espaço é o protagonista da obra. E é no espaço que se expressam as contradições, sendo a cidade “a expressão das relações sociais de produção capitalista, sua materialização política e espacial que está na base da reprodução do capital [...] unidade de contrários, não apenas pelas profundas desigualdades, mas pela dinâmica da ordem e da explosão” (IASI, 2013: 41).

O Recife real, para além da representação, também tem marcas de luta pela sua apropriação, haja vista o famoso caso do “Ocupe Estelita”. Sendo marca comum ao espaço urbano o fato de ser território da reprodução da ordem capitalista e da explosão de seus antagonismos inerentes, fica claro que a cidade é, portanto, invariavelmente um espaço de disputa histórica, sendo uma de suas formas a própria disputa pelo espaço compartilhado.

No caso de Porto Alegre, havia uma forte demanda por ocupação do espaço público, que se via ameaçado de privatização e de uma reestruturação conservadora. Um “índice” interessante deste processo foi o grande número de eventos públicos que então surgiam, os quais atraíam especialmente uma juventude sedenta por programas culturais ou simples diversão gratuita e acessível. Os primeiros anos da década viram renascer o Carnaval de

Rua com grande público¹⁰, especialmente na Cidade Baixa, mas outras iniciativas como o “Beatles Day”¹¹, a ocupação da escadaria do Viaduto Otávio Rocha em frente ao Bar Tutti Giorni¹² ou a Serenata Iluminada no Parque Farroupilha também reuniam um número considerável de pessoas interessadas em atividades abertas¹³. Ao mesmo tempo, em bairros como o Floresta e o Navegantes, historicamente marcados pela presença de operários fabris, inicia-se um processo de revitalização com projetos artísticos e culturais, mas também de valorização territorial, que confunde-se com a “gentrificação”, provocando uma série de debates sobre a utilização dos espaços urbanos na capital.

Desta forma, se existia uma crítica à privatização da cidade, também havia um desejo de ocupação das ruas e praças, para que estas não fossem privatizadas. Em relação à capital gaúcha, é importante recordar que o debate sobre o direito à cidade lançava raízes no período da Administração Popular (1988-2004), em que os governos encabeçados pelo PT implantaram medidas para democratizar a gestão municipal. A eclosão das manifestações de 2013, neste sentido, tem algo a dever a esta guerra surda e à tensão crescente entre jovens trabalhadores e estudantes sedentos de democratização do espaço, por um lado, e uma Prefeitura conservadora e os agentes da especulação imobiliária por outro, travando uma luta entre as ruas desta cidade conhecida por seu histórico de contestação política.

Chegamos, assim, ao fatídico ano de 2013. No dia 21 de março as negociações entre a Prefeitura e a Associação de Transportadores de Passageiros (ATP, consórcio de empresas de transporte público da cidade) resultaram no aumento da passagem de ônibus de R\$ 2,85 para R\$ 3,05. A luta contra o aumento das passagens tinha uma tradição na capital, tanto que o Movimento Passe Livre havia sido fundado em 2005, durante o Fórum

¹⁰A tradição do carnaval de rua em Porto Alegre estava adormecida fazia muitos anos, quando alguns blocos como o Maria do Bairro e o Bloco da Lage passaram a organizar suas folias na Cidade Baixa, bairro boêmio que se destaca por também ser um importante reduto da juventude universitária da capital.

¹¹O “Beatles Day” é um evento que celebra a “beatlemania”. No dia 22 de março de 2014, por exemplo, este festival de 12 horas com atrações ligadas à “cultura Beatle” atraiu cerca de 30 mil pessoas na Cidade Baixa.

¹²O Bar Tutti Giorni era um importante ponto de encontro de desenhistas e cartunistas da capital gaúcha, que, ao longo do tempo, acabou por atrair um grande número de pessoas que se reuniam para beber e conversar nas passarelas do Viaduto Otávio Rocha; o bar foi fechado pela Prefeitura por conta da “perturbação do silêncio”.

¹³A Serenata Iluminada foi um movimento surgido em 2012, com o objetivo de ocupar o Parque Farroupilha (Redenção), durante a noite com atrações culturais e intervenções artísticas. Neste mesmo período havia um debate sobre o cercamento do Parque Farroupilha, proposta que vinha dos setores mais conservadores da Câmara Municipal.

Social Mundial, em Porto Alegre. No ano de 2013, os protestos na capital gaúcha foram organizados pelo Bloco de Luta Pelo Transporte Público, uma frente fundada no ano anterior que agregava diversos militantes de esquerda. Ao longo do tempo, o Bloco reuniu representantes de grupos autonomistas e anarquistas (como a Frente Autônoma e a Federação Anarquista Gaúcha, a FAG), membros de partidos políticos (como o PSOL, PSTU, PT e PCB)¹⁴, de grupos comunistas (como a Refundação Comunista, Coletivo A Marighella, o PCLCP e o PCR)¹⁵, associados a sindicatos (como o CPERS, ASSUFRGS, SIMPA, SINTEC/RS e Sindicato dos Rodoviários)¹⁶, organizações culturais (como a Terreira da Tribo e o Levanta Favela) além de muitos militantes do movimento estudantil e organizações da juventude (como o Juntos!, Barricadas, Alicerce, Movimento 89 de Junho e o Levante Popular da Juventude).

As manifestações começaram em janeiro, com pouco mais de mil pessoas, mas à medida que os efeitos do aumento da passagem se faziam sentir, fomentando a indignação de estudantes e trabalhadores, as manifestações cresceram de forma exponencial. No dia 4 de abril, uma grande caminhada que reuniu mais de 10.000 pessoas foi realizada sob uma chuva torrencial, iniciando em frente à Prefeitura, percorrendo todo o Centro Histórico e se dispersando apenas na Cidade Baixa. Neste mesmo dia os vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchiona do PSOL protocolaram uma liminar para que a passagem voltasse ao preço anterior, de R\$ 2,85. A liminar foi vitoriosa¹⁷ e a medida foi compreendida como uma grande vitória do movimento, que através da mobilização social havia conseguido reverter o aumento da passagem de ônibus, algo inédito na cidade de Porto Alegre. Não é à toa que, nos primeiros atos convocados pelo Movimento Passe Livre aquele ano na capital paulista, era possível ver faixas dizendo que era preciso “repetir Porto Alegre”.

A vitória dos protestos em promover a redução da tarifa acabou ajudando a impulsionar o mesmo movimento em outras cidades, como a já citada São Paulo, onde o

¹⁴Respectivamente Partido Socialismo e Liberdade, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, Partido dos Trabalhadores e Partido Comunista Brasileiro.

¹⁵Respectivamente Polo Comunista Luiz Carlos Prestes e Partido Comunista Revolucionário.

¹⁶Respectivamente Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul, Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (atualmente Assufrgs Sindicato dos Técnico-administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS), Sindicato dos Municipiários de Porto Alegre e Sindicato dos Trabalhadores em Correios e Telégrafos.

¹⁷Ver <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/04/liminar-suspende-aumento-da-passagem-de-onibus-em-porto-alegre.html>. Acesso em 08 ago 2017.

MPL passou a organizar marchas pela Avenida Paulista quando do anúncio do aumento das passagens de ônibus e metrô de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. A duríssima repressão policial sobre os manifestantes paulistanos, em 13 de junho, acabou por catalisar os protestos por todo o país, incluindo Porto Alegre, em que o Bloco de Lutas voltou a tomar as ruas, lutando pelo passe livre estudantil, bradando consignas que diziam “Da Copa eu abro mão, eu quero mais dinheiro para a saúde e a educação”¹⁸.

Assim como em outras cidades do Brasil, as manifestações aumentaram de tamanho durante todo o mês de junho, chegando a um total de 30.000 pessoas no dia 20 daquele mês. O número de manifestantes pode ter sido menor em relação a outras capitais (pois a questão do aumento da tarifa havia se resolvido em abril daquele ano), mas elas foram igualmente massivas. Os manifestantes se reuniam em frente à Prefeitura e seguiam caminhando pelo Centro Histórico, indo em direção à Avenida João Pessoa, chegando até a Avenida Ipiranga. Próximo à Zero Hora, jornal conservador do Grupo RBS, os manifestantes eram barrados pela polícia, dispersados com gás lacrimogêneo e impedidos de seguir em frente. Muitos tinham de recuar pela Cidade Baixa, pela Rua Lima e Silva e eram perseguidos a patas de cavalos. A fumaça de fogo nas lixeiras usadas como barricadas e o gás lacrimogêneo completavam o cenário da batalha.

No dia 20, quando houve a maior manifestação, alguns participantes carregaram faixas contra a corrupção, contra a PEC 37 (que pretendia limitar o poder de investigação do Ministério Público) e teve-se notícia de hostilidade às bandeiras partidárias. Mesmo que as pautas de direita jamais tenham conseguido hegemonizar as manifestações de junho de 2013 em Porto Alegre, as notícias que chegavam de São Paulo sobre queima de bandeiras vermelhas colocaram os militantes de sobreaviso. No dia 24, o Bloco de Lutas e outras organizações convidaram os militantes a participar ostensivamente com as bandeiras de suas organizações políticas, culturais e sindicais. Esta foi uma das passeatas que teve pior

¹⁸A bandeira – oportuna no mês em que o país sediava a Copa das Confederações, evento teste para a Copa do Mundo e que colocou o Brasil no centro do noticiário mundial – tornava-se particularmente significativa frente à agressão simbólica em curso no fato dos estádios de futebol (tido no senso comum e mesmo em vertentes do ensaísmo brasileiro como um fator de identidade nacional) serem então objeto de iniciativas e gastos públicos vultuosos “em um país onde os pobres não têm esgoto, atendimento médico, transporte aceitável, segurança pública”, para usufruto de pouquíssimos, dado que o preço dos ingressos das modernas arenas eram inacessíveis ao grosso da população, que até então, ao menos no campo do simbólico, era ainda integrada harmoniosamente em uma comunhão realizada pelas chuteiras (SINGER, 2013: 35-36).

repressão, pois os militantes ficaram confinados na Avenida Borges de Medeiros, enquanto bombas eram arremessadas para dispersá-los, inclusive de helicópteros.

Depois de junho, as manifestações recuaram em todo o país, inclusive em Porto Alegre. Seria mais correto falar, porém, que as manifestações mudaram de tática e de estratégia. No dia 11 de julho, as principais centrais sindicais (CUT, CTB, Conlutas, CGT, Intersindical) convocaram um Dia Nacional de Lutas, o que significava um indicativo de Greve Geral, para mostrar que a esquerda ainda podia ter hegemonia sobre o movimento de massas. Na maior parte das cidades do país a greve não logrou sucesso, mas a cidade de Porto Alegre ficou paralisada, em boa medida pela adesão massiva dos trabalhadores dos transportes.

Na noite anterior, alguns membros do Bloco de Lutas haviam ocupado a Câmara Municipal da capital e, no dia da greve, uma coluna de estudantes, sindicalistas e militantes das mais diversas organizações se dirigiram para a sede do legislativo municipal, por onde permaneceram por uma semana. Neste local se debateu intensamente o modelo de transporte público em Porto Alegre, com assistência de mais de 500 pessoas. Quando os militantes tiveram de se retirar do local, por ordem judicial, havia um forte acúmulo de lutas e debates sobre a questão urbana na cidade, o que parecia apontar para uma participação cada vez mais ampliada dos movimentos de esquerda na vida da capital.

II. Para além de Junho: repressão aos movimentos sociais, novíssimo sindicalismo, realização da Copa do Mundo e ascensão conservadora (2013-2015)

É difícil encadear todos os acontecimentos depois das Jornadas de Junho, mas pode-se dizer que o tema das cidades foi perdendo espaço ao longo do tempo, embora este processo não seja definitivo. Uma das consequências mais imediatas das Jornadas foi o aumento progressivo no número de greves de diferentes categorias, o que foi um fenômeno nacional, como mencionado anteriormente a partir dos dados do DIEESE. Depois da desocupação da Câmara, o Bloco de Lutas passou a atuar junto aos professores estaduais filiados ao CPERS, que formaram um Comitê de Educação para atuar dentro do sindicato. Em agosto, o grupo organizou uma greve da categoria que exigia o pagamento do piso

nacional do magistério¹⁹. O evento dividiu os educadores e seu sindicato, sendo que os servidores mais jovens impulsionaram a ocupação da Secretaria de Educação.

Neste contexto, a Justiça do estado desencadeou um processo contra as lideranças mais visíveis do movimento. Matheus Gomes e Gilian Cidade (à época no PSTU), Lucas Maróstica (à época no PSOL) e os anarquistas Vicente Mertz, Rodrigo Brizolla e Alfeu Neto foram vítimas de acusações judiciais. Além disso, espaços autonomistas foram invadidos e tiveram materiais apreendidos pela Brigada Militar entre agosto e outubro de 2013, como a sede da Federação Anarquista Gaúcha e do Coletivo Moinho Negro²⁰.

Aqui devemos ressaltar que o Governo do Estado e a Brigada Militar estavam sob o comando do jurista Tarso Genro, do Partido dos Trabalhadores. A forma como estes militantes e suas organizações foram tratados nada teve de democrática, e Tarso Genro fez muito pouco para reverter essa situação. O Governador, inclusive, em um dia recebia alguns manifestantes no Palácio Piratini, e no outro, tomava café da manhã com o comando da Brigada Militar elogiando sua atuação²¹. A ambiguidade petista e sua convivência com a repressão aumentaram a descrença dos membros do Bloco de Lutas, que viam no PT um Partido que só desejava o bom funcionamento do Campeonato Mundial que se avizinhava. Em Porto Alegre, esta atitude resultou na expulsão dos membros do PT do Bloco de Lutas Pelo Transporte Público, em outubro de 2013²². Em 2014, já às vésperas da realização da Copa, vimos intelectuais ligados ao PT, como Emir Sader, fazendo críticas aos movimentos de protestos, como se eles fossem manipulados pela direita (ou por interesses internacionais), apresentando uma vergonhosa convivência com a violência lançada contra os manifestantes, chamados de “vira-latas” pelo cientista social²³.

¹⁹Cf. <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/08/professores-da-rede-estadual-do-rs-aprovam-greve-partir-de-segunda.html> Acesso em 9 set 2017.

²⁰Aqui é possível observar uma série de notas de solidariedade de coletivos anarquista de todo o Brasil: <https://anarquismopr.org/tag/moinho-negro/> Acesso em 28 ago 2017.

²¹http://www.rs.gov.br/conteudo/14382/governo-recebe-mais-de-200-policiais-e-bombeiros-para-cafe-da-manha-na-regiao-sul/termosbusca=* Acesso em 8 set 2017.

²²Segundo nota oficial do Bloco de Lutas, “A gota d’água que justificou a tomada de atitude foi o uso sorrateiro de fotos e vídeos das manifestações do Bloco de Lutas no programa de televisão do PT, que se aproveitou das imagens de companheiros que têm clara e explícita oposição ao governo, manipulou as informações e utilizou a construção coletiva em nome de novas filiações para seu partido”. In: <http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/2013/09/4993/nota-oficial-do-bloco-de-lutas-sobre-a-expulsao-do-pt/> Acesso em 28 ago 2017.

²³<https://oglobo.globo.com/brasil/pelo-twitter-intelectual-do-pt-chama-manifestantes-de-vira-latas-12500265> Acesso em 9 set 2017.

No início de 2014, a questão do transporte irrompeu novamente em Porto Alegre. Os rodoviários iniciaram uma greve que durou de 27 de janeiro a 10 de fevereiro, paralisando a vida econômica da capital gaúcha. Esta greve compartilhou de características comuns com outros movimentos paredistas do mesmo período, como o dos garis do Rio de Janeiro e os metroviários de São Paulo: a organização por fora das burocracias sindicais. No caso de Porto Alegre, o sindicato dos rodoviários era comandado pelo Presidente Júlio Gamaliel, ligado à Força Sindical. As lideranças que surgiram da greve, organizadas no Movimento Independente dos Rodoviários, como Alceu Weber e Wenceslau Machado, eram jovens e desvinculadas à estrutura oficial. A greve contou com 100% de adesão da categoria, tendo apoio de partidos de esquerda como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), PSOL e PSTU, de centrais sindicais como a Conlutas e a CUT, além do Bloco de Lutas Pelo Transporte Público, que promoveu atos em apoio aos rodoviários. Ao final do processo, o movimento independente se considerou vitorioso por ter conseguido um reajuste salarial de 7,5%, acima do que a direção sindical aceitou inicialmente²⁴.

O movimento grevista dos rodoviários não compartilhou características comuns apenas com outros movimentos paredistas, mas também com uma estrutura mais geral das mobilizações do período. Assim como, em recente posfácio, Lincoln Secco (2015) se refere aos novíssimos movimentos sociais, que teriam se organizado de forma independente de estruturas tradicionais, o movimento dos rodoviários se enquadraria em algo que poderíamos chamar de um novíssimo sindicalismo. Uma nova geração de trabalhadores integrada ao emprego formal depois da expansão econômica dos anos 2000 entrou em choque com as estruturas sindicais tradicionais, que haviam entrado em um processo de burocratização cada vez maior a partir do Governo Lula, perdendo a dinâmica do tempo do novo sindicalismo. Este processo pode ser encontrado em outros movimentos grevistas, como choque de gerações e questionamento da burocracia sindical.

²⁴<http://www.correiocidadania.com.br/brasil-nas-ruas/9358-19-02-2014-consciencia-e-independencia-deram-amplitude-inedita-a-greve-dos-rodoviaros-de-porto-alegre>. Acesso em 28 ago 2017. Cabe destacar a campanha de difamação diária promovida pelo grupo RBS ao movimento grevista, que precisou de muita unidade para contestar inclusive o TRT, que considerou a greve “abusiva”. Após o fim da greve, dois motoristas e um cobrador foram demitidos, o que gerou mais protestos por parte da categoria. Ver <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/02/28/para-rever-demissoes-rodoviaros-fecham-duas-garagens-em-porto-alegre.htm>

Além de uma nova geração que entrou em conflito com suas direções sindicais burocratizadas, é preciso levar em conta que outra parcela significativa da juventude ingressante no mercado de trabalho se deparou com uma realidade pior do que lhe haviam prometido. Segundo Ruy Braga e Ricardo Antunes,

[...] nos últimos dez anos, 94% dos empregos criados no mercado formal de trabalho brasileiro remuneravam até 1,5 salários-mínimos (sendo que o salário-mínimo é, pela cotação de junho de 2013, de aproximadamente US\$ 320,00 por mês).

Se levarmos em consideração que do total desses empregos, pouco mais de 60% foi preenchido por jovens entre 18 e 28 anos de idade, perceberemos que a inquietação social promovida pela percepção dos limites do atual modelo tendeu a se concentrar entre os setores formados por jovens trabalhadores precarizados [...]. E esse contingente cumpriu um papel-chave na deflagração do levante popular de junho de 2013 no Brasil (BRAGA; ANTUNES, 2014: 44)

Surgia assim o que a propaganda governista insistia em chamar de “nova classe média”. Segundo Márcio Pochmann (2012), porém, o que se viu foi o surgimento de uma nova classe trabalhadora, com empregos mais flexíveis e alocada especialmente nos setores de serviços. Sua inclusão não se deu no campo dos direitos sociais e garantias trabalhistas, mas sim através da política de expansão do consumo. Há que se ter em conta os limites estruturais brasileiros à expansão do consumo. Não apenas no que toca à dinâmica intrínseca aos ritmos da taxa de lucro, mas mesmo na ideologia predominante em uma formação social cuja marca de séculos foi o da exploração escravista do trabalho. O choque entre a prerrogativa liberal do livre mercado com o caráter de distinção que o consumo (de apenas alguns poucos e seletos) assume no Brasil também foi um dos conflitos a se apresentar – explicitamente, pois a sua manifestação latente já era algo um tanto notório antes das multidões nas ruas – na sequência do turbulento mês de junho de 2013.

A nova classe trabalhadora, corretamente identificada por Pochmann, apresenta em suas características, já elencadas por Ruy Braga (2013), o fato de se constituir em grande medida por uma juventude não-branca. Apta monetariamente ao consumo, especialmente nas condições de aumento real do salário-mínimo e oferta de crédito consignado, esbarrava simbolicamente, como argumentamos, nos limites da consciência de uma classe dominante racista por formação. É assim que não poucos se chocaram com o fenômeno dos

“rolezinhos”, passeios de adolescentes e jovens periféricos, majoritariamente negros, por shopping centers de variadas metrópoles brasileiras. No geral combinados via redes sociais, os “rolezinhos” não eram outra coisa que não uma caminhada no centro de compras, admirar um que outro artigo de consumo, comer um lanche e quem sabe flertar um tanto. O fato de andarem em grupos, porém, ensejou forte reação dos seguranças privados dos estabelecimentos e envolvimento policial por vezes. Condenados por vozes hipócritas, os jovens ali em grande medida queriam pura e simplesmente... gastar o dinheiro ganho em seus primeiros empregos – nas condições de precarização que eram as características do mundo laboral deste setor da classe trabalhadora, o qual conheceu a inserção no emprego formal no período de governos petistas e que se fez presente nas jornadas de junho de forma expressiva – comprando artigos de consumo.

O fenômeno, pouco expressivo em Porto Alegre, mas, ainda assim, com alguma repercussão nessa capital, merece menção aqui pois evidencia uma contradição posta no processo que se operou com as mudanças levadas a cabo com o lulismo, a qual se deu com a emergência de um novo contingente da classe trabalhadora, não só dotado das condições econômicas para o consumo de parte das mercadorias mais ou menos luxuosas em circulação, mas também portador de altas expectativas de melhora na sua condição social, bem como no que toca a conquista e afirmação de direitos cidadãos. Com a consciência dos entraves que sofriam para usufruir das prometidas benesses da dita “meritocracia” (mesmo quando resumidas aos artigos expostos em vitrines) e da não realização de suas demandas pela efetivação de seus direitos – pelos quais vinham contribuindo com razoável quinhão de seu soldo mensal –, muito provavelmente os trabalhadores em situação precária podem ter se nutrido do exemplo e referência das amplas mobilizações em junho (nas quais, inclusive, não é forçoso pressupor, dado levantamentos estatísticos referentes à composição social das marchas, foram participantes importantes, provavelmente os protagonistas), ainda que de forma difusa e não completamente explícita, para afirmarem a sua presença enquanto cidadãos e mesmo consumidores. É claro que o comportamento encerra contradições, quando, no limite, se exalta o consumo, um dos pilares da mesma dominação capitalista que obstaculiza a afirmação dos direitos sociais reivindicados, mas não podemos esquecer da configuração em tela, herdeira de um processo nas últimas décadas em que, no bojo da constituição da empresa neoliberal, operou-se um “desmanche das formas de solidariedade

fordista”, abrindo caminho a “um avanço sem precedentes da individualização do comportamento da classe trabalhadora” (BRAGA, 2016: 58).

Se há um possível refluxo na consciência de classe em comparação com outros momentos e configurações históricas de tal sujeito social, ainda assim a contradição que se expressou no fenômeno jovem dos “rolezinhos” não deixa de evidenciar o severo limite da incoerência intrínseca ao capitalismo global, modo de produção que só pode se operar pela via da “incoerência e inconsistência”, segundo Slavoj Žižek uma “necessidade de quebrar suas próprias regras” que, ao se exigir o cumprimento, pressiona-se o sistema como um todo. De acordo com o filósofo esloveno: “(...) a arte da política reside em insistir em uma determinada demanda que, embora completamente ‘realista’, perturba o cerne da ideologia hegemônica e implica uma mudança muito mais radical, ou seja, que embora definitivamente viável e legítima, é de fato impossível” (ŽIZEK, 2013: 104-105). Não seria esse o caso da exigência nas ruas do cumprimento de direitos cidadãos básicos, que em tese deveriam ir ao encontro dos interesses do capital em reproduzir em condições dignas a sua força de trabalho, bem como da afirmação pura e simples da disposição para o consumo, que nada mais é do que a realização da relação de compra e venda basilar ao sistema capitalista? São incoerências próprias à forma com que o Brasil, enquanto formação social periférica, se insere no capitalismo global e que permitem com que este se realize plenamente neste território, mas que, em dado grau de seu desenvolvimento, manifestaram-se de forma potencialmente explosiva.

Retomando o caso específico da greve dos rodoviários de Porto Alegre, sem afastar-se da questão das contradições próprias ao capitalismo brasileiro, é importante considerá-la como um momento importante em que os problemas de funcionamento da cidade – ponto ao qual viemos atentando em todo o texto, pois fundamental no fenômeno em tela –, foram questionados. Além de não existirem ônibus em número suficiente para a locomoção digna da população porto alegreense, muitas vias de transporte da capital estavam esburacadas, em obras devido à preparação da Copa do Mundo, o que dificultava ainda mais a circulação de veículos e pessoas. O Bloco de Lutas, hegemônico por grupos autonomistas, passou a fazer uma forte campanha contra a realização da Copa do Mundo em Porto Alegre, atitude que se localizava em um processo nacional no qual grupos assemelhados – não sem razão legatários legítimos da mobilização de junho de 2013 –, tal como o próprio Movimento

Passe Livre em São Paulo, também engajaram-se na oposição ao espetáculo “padrão FIFA”. Ao mesmo tempo, organizações sociais, como o Comitê Popular da Copa, atacavam duramente as remoções de vilas e comunidades pobres para que as obras de ampliação de avenidas e reforma urbana seguissem em frente²⁵. Originalmente, portanto, a questão da Copa era em grande medida uma questão de direito à cidade e moradia: além dos preços absurdos e da construção injustificada de vários estádios, diversos coletivos e grupos de pesquisa denunciaram a segregação urbana e a especulação imobiliária como o grande “legado da Copa”. Pessoas foram expulsas de suas casas em troca de um aluguel social que chegava, no máximo, a R\$ 500,00, o que quase sempre as impossibilitavam de permanecer em seus bairros.

A Copa do Mundo acabou acontecendo, mas em condições muito distantes daquelas imaginadas pelo governo. O mote “não vai ter Copa”, nesse sentido, pode em grande medida ser interpretado como um aviso de que o evento não ocorreria em uma situação perfeita de paz social e celebração descompromissada.

Os protestos contra a Copa ocorreram nos momentos dos jogos, sob fortíssima repressão, nas mais variadas regiões brasileiras, incluindo Porto Alegre. A fumaça das bombas e balas de borracha, equipamentos cujo investimento público, após junho, foi nada modesto, contrastava com a festa verde-amarela de governistas e opositores, unidos em torno de jogadas de uma seleção de excelência questionável e das mais variáveis expressões de um espetáculo baseado em tensas contradições contemporâneas. Não deixa de ser sintomático o registro jornalístico na época dos “yellow blocs”, espaços em que a classe média alta, na tão exclusivista lógica dos camarotes, comia, bebia e assistia às partidas de futebol apartada de qualquer ameaça social nas ruas²⁶. A analogia cômica com os “black blocs” é evidente. Esconjurados de junho de 2013 ao início do ano de 2014, os novos inimigos da sociedade novamente eram alvo de exortações seja da oposição reacionária ao governo petista, seja daqueles comprometidos com a festa nacional em curso. Alguns tantos, por sua vez, festejavam sem preocupações de qualquer ordem.

²⁵Uma das principais obras de Porto Alegre, a remoção de famílias da Vila Cruzeiro para a duplicação da Avenida Tronco, ainda hoje sequer foi concluída. Onde havia famílias, hoje só restam escombros. Ver <http://www.poa24horas.com.br/vila-tronco-as-casas-foram-sendo-demolidas-deixando-um-iraque-no-lugar/>

²⁶<https://www.youtube.com/watch?v=0Zkp1C9ucrc> Acesso em 02 out 2017.

Apesar de todo o entusiasmo despertado pelo evento, um toque de amargura coroou o campeonato mundial quando o Brasil foi eliminado pela seleção alemã pelo vexatório placar de 7 x 1. Diga-se de passagem, o termo se popularizaria nos meses seguintes, no contexto de uma crise política e econômica ascendente, em que todo dia parecia nos reservar “um novo 7 x 1”.

As eleições presidenciais e estaduais, com as campanhas que seguiram à Copa do Mundo, impactaram a cidade de Porto Alegre, assim como outras cidades brasileiras. O resultado eleitoral de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, mostrou a força do conservadorismo e da despolitização. Aécio Neves teve maioria na capital, o que contrastava com as áreas mais pobres e de economia mais tradicional do estado, como a Zona Sul, a Campanha e as Missões, que votaram majoritariamente em Dilma Rousseff²⁷. É interessante perceber que estas áreas sempre foram alvo de discriminação e preconceito por parte da elite intelectual de Porto Alegre, que menosprezava a cultura “tradicional” e o “gauchismo” que marcam essas regiões, em contraste com um suposto “cosmopolitismo” da capital gaúcha. Em 2014, a equação parecia invertida: o suposto cosmopolitismo tido como progressista queria a volta do neoliberalismo “tout court” ou demonstrava um inconfessável preconceito de classe; enquanto as regiões desprezadas e tidas como atrasadas, faziam esforço para tentar manter o mínimo de avanços experimentado no ciclo de governos petistas. Da mesma forma, em Porto Alegre venceu para o governo do estado o candidato José Ivo Sartori, que fez uma campanha baseada na simpatia pessoal e na total despolitização do processo eleitoral, encarnando a figura bonachona do imigrante italiano, escondendo seu programa ultraneoliberal de governo e sua filiação partidária (PMDB). Sartori não subiu ao palanque com Dilma Rousseff, cuja chapa à presidência tinha como vice um peemedebista, Michel Temer, mas sim com o tucano Aécio Neves.

Estas vitórias eleitorais poderiam ser encaixadas em um espírito mais geral de reação conservadora diante dos protestos de junho, do avanço das greves e de outras demandas sociais, mas também apontavam para um aprofundamento da despolitização. A partir de março de 2015 emergem, em variadas cidades brasileiras, os protestos de tons

²⁷<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/eleicoes-2014/noticia/2014/10/confira-como-foi-a-votacao-para-presidente-nas-cidades-gauchas-4629622.html#showNoticia=SHRMONdbRVI5MDAzOTIxMjgyNTUwNDY4NjA4XjBsNDAXODY0MTU1NDAXMDI0NzQ3MlthJjU0MzQxNTY2NzE4NTk0MjUyODAhLH5qVi5haSVMc1Rpa0VOKTo=> Acesso em 9 set 2017.

nacionalistas e conservadores contra o Governo de Dilma Rousseff, que em seu bojo faziam um voto de repulsa contra qualquer bandeira de esquerda. No dia 15 de março, um domingo à tarde, um grande número de manifestantes, em torno de 60.000 pessoas, saiu do Parque Moinhos de Vento, em uma das zonas mais nobres de Porto Alegre, para descer em massa rumo ao Parque da Redenção.

O cortejo era composto, em sua grande maioria, por famílias de classe média alta, que não tinham nenhum pudor em esconder seu preconceito de classe, nem seu autoritarismo, pois muitos pediam a volta da Ditadura Militar. Os protestos foram organizados por grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL), Vem pra Rua, mas também por grupos de jovens conservadores locais, como La Banda Loka Liberal, tendo o apoio de figuras públicas como o Deputado Estadual Marcel Van Hattem, do Partido Progressista, oriundo do movimento estudantil. As manifestações se repetiram em abril e em agosto, com uma presença em torno de 30.000 pessoas, e no mês de dezembro, em nova manifestação, com o número caindo para cerca de 2.000 pessoas.

Apesar de ser evidente que no ano de 2015 se viveu uma onda conservadora, seria errado dizer que a esquerda ou os movimentos populares não tentaram se organizar em Porto Alegre. No início do ano, o Bloco de Lutas Pelo Transporte Público, reorganizado a partir da ação de grupos comunistas, promoveu protestos contra o aumento das tarifas, mas estes não tiveram o mesmo impacto dos anos anteriores, inclusive pelas divisões internas e rivalidades entre correntes políticas distintas. Também as frentes de luta formadas nacionalmente promoveram ações, como a Frente Povo Sem Medo, constituída para barrar o avanço conservador, que abarcava um leque tão amplo que ia desde a esquerda governista até grupos leninistas. Vale lembrar, ainda, que no dia 29 de maio ocorreu a paralisação de variadas categorias contra o projeto de terceirização das atividades-fim que tramitava na Câmara,²⁸ De qualquer forma, a maior ação da esquerda organizada em Porto Alegre foram os dias de Greve Geral do funcionalismo estadual contra o governo Sartori, que levaram ao Largo Glênio Peres 50.000 servidores estaduais de todas as categorias, protestando contra o parcelamento de salários e ataques contra seus planos de carreira. Esta ação foi particularmente significativa porque uniu todos os sindicatos dos servidores estaduais e ocorreu três dias após um protesto conservador pelo impeachment de Dilma, superando em

²⁸Ver: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/29/politica/1432930118_152640.html Acesso em 9 set 2017.

muito o número desse último. Em termos nacionais, é fundamental lembrarmos que as ocupações estudantis já começavam a ocorrer, com impactos no Rio Grande do Sul, e que, nos últimos meses do ano, se observou um movimento massivo de mulheres contra a postura conservadora da Câmara de Deputados (liderada por Eduardo Cunha, do PMDB) em relação aos Direitos Reprodutivos e aos debates sobre gênero nas escolas, em um período que ficou conhecido pelo nome de Primavera Feminista.

Esta é uma questão que merece um pouco mais de atenção: muito se falou do crescimento do sentimento antipetista e mesmo antiesquerda em todo o Brasil. Isto também ocorreu em Porto Alegre, mas foi acompanhado por uma incisiva rejeição ao Governo Estadual de José Ivo Sartori, com suas políticas de corte de recursos públicos, que apontavam para uma lógica privatista: exemplo importante que sustenta esse argumento é o fato do peemedebista ser o terceiro Governador mais mal avaliado no Brasil em finais de 2015. A sorte do Prefeito José Fortunati também não era das melhores, pois em uma metrópole com problemas de recursos financeiros por conta da crise, onde muitas obras iniciadas antes da Copa do Mundo ainda se encontravam inacabadas, como chagas abertas no corpo da cidade, a impressão geral era de um grande abandono.

No sombrio, chuvoso e triste ano de 2015 em Porto Alegre, mais do que uma tendência conservadora, cresceu um forte sentimento de desconfiança e pessimismo em relação a todas as esferas de governo e isto poderia ter um efeito decisivo para o futuro da cidade.

III. Atuação e interpretação petista em relação a junho

Feita uma reconstituição da conjuntura que proporcionou o estouro das jornadas de junho, sobretudo a partir do caso de Porto Alegre, cabe agora empreender um esforço a fim de compreender de que forma o governo do PT tentou lidar com esse movimento. Em nosso juízo, a incapacidade petista de lidar com a revolta popular está aliada não apenas à sua derrocada, mas também a uma miríade de interpretações enviesadas que vêm surgindo nos últimos tempos.

Alguns intelectuais já têm demonstrado interesse e escrito sobre as dinâmicas e os comportamentos da imprensa e da polícia nas manifestações de junho de 2013. Autores

como Gilberto Calil (2013) e Ricardo Antunes e Ruy Braga (2014), ainda no calor do momento, já deram sua contribuição nesse sentido. O que pretendemos aqui é perceber como se articulam a atuação petista diante das jornadas de junho e a sua subsequente interpretação – que, diga-se, quase sempre se opõe frontalmente à análise fornecida por trabalhos como os dos autores citados.

É preciso começar lembrando que Dilma Rousseff tentou reagir. Não em relação à repressão, onde acabou fazendo coro com a imprensa: silenciou os abusos policiais e denunciou apenas as agressões que um PM sofreu, criminalizando desde cedo os black blocs e reproduzindo o discurso midiático de uma maioria ordeira e uma minoria de “baderneiros” - discurso midiático esse que foi reproduzido, inclusive, pelas mais expressivas organizações institucionais de esquerda, dos governistas PT e PCdoB ao esquerdista PSTU. Mas Dilma de fato atendeu a algumas reivindicações, que com o desenrolar de junho já extrapolavam a questão do transporte. Em pronunciamento realizado no dia 21 de junho, prometeu: a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, que privilegiasse o transporte coletivo; a destinação de cem por cento dos recursos do pré-sal para a educação; e trazer, de imediato, milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento do Sistema Único de Saúde, o SUS²⁹. Como sabemos, a Câmara aprovou apenas 75% dos royalties, mas o governo de fato desonerou o transporte via alíquotas de PIS/Cofins e pôs em prática o programa Mais Médicos.

Dilma também se pronunciou em relação à Reforma Política, pauta que surgia de forma difusa nas manifestações:

Quero contribuir para a construção de uma ampla e profunda reforma política, que amplie a participação popular. É um equívoco achar que qualquer país possa prescindir de partidos e, sobretudo, do voto popular, base de qualquer processo democrático. Temos de fazer um esforço para que o cidadão tenha mecanismos de controle mais abrangentes sobre os seus representantes³⁰.

²⁹<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>. Acesso em 9 set 2017.

³⁰<http://www.etc.com.br/noticias/brasil/2013/06/assista-ao-pronunciamento-da-presidenta-dilma-rousseff-na-integra>. Acesso em 7 ago 2017.

Dilma foi prontamente atacada pela imprensa, que a acusou de tentar instituir um “regime plebiscitário” à Venezuela. O Congresso Nacional também reclamou, o PT não comprou a briga e Dilma ficou isolada. O episódio, ao mesmo tempo em que abriu espaço para o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir pela inconstitucionalidade da doação de empresas para campanhas políticas em 2015 – sem dúvida uma grande vitória, e fruto das manifestações –, também propiciou que Eduardo Cunha aprovasse sua contrarreforma política, também em 2015 e igualmente fruto das manifestações de junho de 2013, que colocaram o tema em voga.

Não restam dúvidas que tanto Dilma quanto o PT saíram muito desgastados das jornadas de junho. Dilma chegava a junho de 2013 com 57% de aprovação, e a mudança no discurso da mídia contribuiu para atingir seu governo. Ao mesmo tempo em que começou a sobrar tiro e bomba para seus próprios funcionários, os grandes meios de comunicação perceberam que poderiam direcionar os protestos contra o PT, a fim de enfraquecer o governo Dilma. É a partir daí que todo mundo sai às ruas, inclusive grupos de inspiração fascista, como mencionado anteriormente.

Porém, Dilma Rousseff venceu as eleições de outubro de 2014. E, diga-se de passagem: incorporando ao longo da campanha diversas das reivindicações presentes nas manifestações. Se em 2014 já eram perceptíveis os sinais de uma ascensão conservadora, nos parece que foram justamente os aspectos progressistas da campanha petista, aliados ao temor de um regresso acentuado ao neoliberalismo “tout court” do PSDB – que se mostrava mais plausível e agressivo – que garantiram a vitória. Não foi por acaso que sua aprovação despencou logo nos primeiros meses, ao escolher Joaquim Levy e uma política de austeridade e corte de direitos para o núcleo de seu segundo mandato.

Até aqui as interpretações petistas sobre junho eram esparsas. Alguns quadros intelectuais do Partido dos Trabalhadores – ou, no mínimo, próximos a ele – pareciam, ao calor do momento, compreender o que acontecia³¹. Outros, desde muito cedo, se preocupavam com atacar os black blocs, fazendo coro com a imprensa e os órgãos de

³¹Em entrevista realizada no mês de agosto de 2013, Emir Sader avaliava as manifestações com cautela, reconhecendo que o governo petista pecava em relação a uma política claramente voltada para a juventude ao mesmo tempo em que denunciava a participação da extrema direita a partir de um dado momento das manifestações. Ver <http://www.viomundo.com.br/politica/emir-sader.html> Acesso em 9 set 2017.

repressão, chegando, inclusive, a colaborar com estes.³² No entanto, parece que foi somente após o golpe que destituiu Dilma Rousseff do poder que começaram a surgir teses mais elaboradas tentando vincular as jornadas de junho com as manifestações verde-amarelas.

A carta-desabafo “Vivi na pele o que aprendi nos livros”, que Fernando Haddad publicou na Revista Piauí, é um grande exemplo nesse sentido. Entre alguns trechos que fazem questão de criticar a personalidade de Dilma (“As reuniões com Dilma têm sempre uma carga elétrica no ar. O ambiente nunca é relaxado”), Haddad apresenta junho, em primeiro lugar, como uma injustiça contra seu governo, que propôs “um reajuste, é bom lembrar, de apenas 6% diante de uma inflação acumulada de 17%”. Em seguida, demonstra espanto com a forma assumida pelos protestos:

Tradicionalmente, todas as modernas organizações contestatórias no Brasil, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), passando pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e demais movimentos sociais, sempre foram adeptas de alguma mediação político-institucional. Mesmo durante a fase mais aguda do neoliberalismo, essas organizações faziam atos, exerciam seu direito de protesto, mas buscavam a negociação com as instituições. Diante de governos de centro-esquerda, essa tendência se acentuava e trazia ganhos efetivos para os grupos representados (HADDAD, 2017).

Segundo Haddad, não resta dúvida de que o movimento adquiriu um caráter de direita em oposição às suas demandas iniciais:

Quando o sequestro da forma se consumou, o MPL se retirou das ruas, bem como a esquerda tradicional caudatária do movimento. E grupos de direita, partidários, se organizaram para emparedar o governo federal, apropriando-se sintomaticamente da própria linguagem dos protestos originais, que ganhavam simpatia popular: MBL (Movimento Brasil Livre) é uma corruptela de MPL; Vem Pra Rua era um dos gritos mais ouvidos nos protestos; Revoltados On Line evoca diretamente a natureza daqueles eventos convocados via rede social (HADDAD, 2017).

Para Fábio Barbosa dos Santos, porém, a participação da direita em junho de 2013 foi “tardia e minoritária” (SANTOS, 2016: 86). Ao final da análise, Haddad sentencia o que

³²Ver <https://goo.gl/VJztTn> Acesso em 9 set 2017. Vale ressaltar que a condenação política a estes grupos não foi exclusividade petista, como mencionado anteriormente.

vem sendo proferido pela intelectualidade petista: “Tenho para mim que o impeachment de Dilma não ocorreria não fossem as Jornadas de Junho” (HADDAD, 2017). Haddad não só restringe o movimento à cidade de São Paulo como ignora seus desdobramentos no campo progressista – alguns dos quais já mencionamos na sessão anterior. E mais: isenta completamente os erros de seu partido no comando do país.

Talvez a forma mais sofisticada que essa interpretação tenha adquirido recentemente tenha sido no trabalho de Céli Pinto (2017), intitulado “A Trajetória Discursiva das Manifestações de rua no Brasil (2013-2015)”. Logo em sua introdução, a autora afirma:

Neste artigo, analisamos a trajetória discursiva desses eventos percorrendo três momentos distintos e fundamentais: (1) as manifestações de junho de 2013; (2) as manifestações relacionadas à Copa do Mundo de Futebol em 2014; e (3) as manifestações pelo impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em março de 2015. Pretendemos demonstrar que, no decorrer de cerca de dois anos, houve um deslocamento discursivo em uma direção conservadora. (PINTO, 2017: 119).

Nas manifestações de junho de 2013, segundo pesquisa do Ibope realizada em 20 de junho, havia uma paridade entre os sexos, 43% dos participantes tinha entre 14 e 24 anos, 49% Ensino Médio completo ou Superior iniciado e 45% possuía renda de até 5 salários-mínimos³³. Uma pesquisa realizada no mesmo dia no Rio de Janeiro, mostrou que 34,3% dos manifestantes ganhava um salário-mínimo e 30,3% ganhava entre dois e três. Disso, Antunes e Braga concluem: “64% do total de um milhão de pessoas que foram às ruas no Rio de Janeiro são parte desse proletariado urbano precarizado.” (ANTUNES; BRAGA, 2012: 4). Nas manifestações ocorridas em 2015, por sua vez, segundo o Datafolha, o número de homens era 63%, a idade média era 40 anos, 76% possuíam Ensino Superior. No campo da renda, destaque para os 22% que recebiam entre 10 e 20 salários mínimos e os 19% que recebiam mais de 20³⁴. A autora parte da erudita teoria do discurso de Ernesto

³³<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html> Acesso em 28 ago 2017.

³⁴<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/03/1604284-47-foram-a-avenida-paulista-em-15-de-marco-protestar-contr-a-corrupcao.shtml> Acesso em 28 ago 2017. É de conhecimento dos autores que as duas pesquisas foram realizadas com diferenças metodológicas consideráveis. Enquanto em 2013 a pesquisa foi realizada em 8 capitais, o Data Folha em 2015 se concentrou apenas na capital paulista. Mesmo cientes do risco, cremos que a comparação é válida, pois quem participou das jornadas de junho de 2013 (e mesmo quem acompanhou pelo noticiário) sabe que seria impossível verificar tal composição em qualquer lugar ou

Laclau, mas será que o discurso não mudou porque mudaram as pessoas que o estavam proferindo?

Há um dado trazido pela pesquisa do Ibope que nos parece bastante questionável: 96% não eram filiados a partidos e 86% não eram filiados a sindicatos ou entidades estudantis. A autora toma o número como um dado absoluto e traça um panorama de quem foi as às ruas em 2013:

Mesmo levando em consideração certo nível de incerteza desse tipo de pesquisa realizado em manifestações, os números são muito indicativos de quem estava nas ruas e se resumem em: eram, em sua grande maioria, jovens, altamente escolarizados e sem experiência político-partidária ou associativa (PINTO, 2017: 135).

Ora, primeiro é preciso retomar outro dado trazido pela própria pesquisa: 54% afirmou que já havia participado de outros atos, e 61% disseram possuir muito interesse em política. Aqui cabem ao menos três considerações a fim de melhor compreender o que esses números nos dizem: 1) ao final de junho, quando da realização da pesquisa, havia uma desconfiança generalizada em relação à participação de policiais infiltrados, sendo muito provável que mesmo quem pertencesse a organizações respondesse à pergunta de forma negativa; 2) até porque, como é possível que apenas 4% possuísse alguma filiação sendo que houve tantos relatos em São Paulo de proibição de uso de bandeiras de coletivos e partidos? 3) Por fim, não há como não fazer nova menção ao que chamamos anteriormente de novíssimo sindicalismo. Diante da burocratização das direções, era de se esperar que número expressivo de trabalhadores não se identificassem com a estrutura ou com os quadros dirigentes dos aparelhos, mesmo que participassem de atividades sindicais como greves ou piquetes.

Ainda se referindo aos manifestantes, Pinto faz a mais ousada – e menos embasada – das suas afirmações: “Não foi feita uma pesquisa para identificar em quem esses manifestantes haviam votado nas últimas eleições presidenciais. É bastante provável que a maioria não tenha votado nem em Lula, nem em Dilma Rousseff” (2017: 136)³⁵. Essa

momento das manifestações. Ver <https://sociaisemetodos.wordpress.com/2015/03/21/quem-protesta-no-brasil-comparacao-entre-20-de-junho-de-2013-13-e-15-de-marco-de-2015-e-a-populacao/>

³⁵Os três autores desse texto, assim como milhares de outros jovens, participaram das jornadas de junho e votaram tanto em Lula quanto em Dilma, ao menos no segundo turno.

afirmação é ainda mais forçada quando percebemos que, à exceção dos autonomistas, praticamente todos os grupos que participaram das manifestações compuseram as Frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular, as quais combateram o golpe que impediu Dilma.

A autora passa pelos protestos contrários à Copa do Mundo, afirmando que o “grupo dos Não vai ter Copa”,

denunciava o programa social do governo, o Bolsa Família, como o maior arrecadador de votos do partido e dava espaço para o conservador deputado e pastor pentecostal Marco Feliciano. Os manifestantes ligados a esse movimento demandavam serviços públicos “padrão FIFA”, atribuindo razão à federação internacional de futebol em suas reclamações sobre a qualidade das obras no país (PINTO, 2017: 139).

Não fica claro se a autora se refere às pessoas que adentraram aos estádios – e nesse ponto talvez possamos ter acordo, embora a nomenclatura esteja inadequada – ou se se referia ao grupo que denunciava o preço dos ingressos e das desocupações forçadas enquanto eram duramente reprimidos pela polícia do lado de fora. Nesse caso, não é possível omitir que após se gritar “não vai ter Copa”, se gritava “vai ter luta”.

O curioso ao tratar das manifestações de março de 2015 é que a própria autora reconhece que houve uma mudança de público:

As manifestações populares em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, desde quando contra a ditadura militar, aconteciam nos centros históricos (centros velhos) dessas cidades: Praça da Sé em São Paulo; Cinelândia no Rio de Janeiro e Largo da Prefeitura em Porto Alegre. As manifestações de março de 2015 deslocaram as concentrações para locais e/os bairros de classe média alta: avenida Paulista e seu entorno em São Paulo, Copacabana no Rio de Janeiro, Moinhos de Ventos em Porto Alegre, para citar apenas alguns exemplos em grandes capitais. Esse deslocamento não é um detalhe, espelha o tipo de pessoas que era esperado nas manifestações. (PINTO, 2017: 148).

Ou seja, não é possível estabelecer relação direta entre as jornadas de junho de 2013 e as manifestações golpistas de março de 2015, como vem fazendo boa parte dos que foram aliados do poder ou que se identificam com estes. Portanto, atribuir a junho a onda conservadora e o golpe que sofremos, ignorando o acúmulo de novas formas de luta e

organização que seguiram imediatamente às jornadas de junho é, na melhor das hipóteses, miopia política.

Considerações finais

Junho recriou o hábito de ocupar as ruas no Brasil inteiro – inclusive na direita. Desde então o país voltou a se acostumar com manifestações. No momento da escrita desse texto, o Fora Temer e as Diretas Já mobilizam um número gigantesco de pessoas. Talvez o grande problema de 2013 tenha sido o espontaneísmo e a falta de direção, que em grande medida propiciaram o sequestro de pautas pela direita e a imprensa³⁶. Talvez junho seja em parte responsável pelo Golpe porque, por um lado, deixou a direita se mostrar, e por outro, porque apresentou de maneira inequívoca o esgotamento do lulismo enquanto forma de mediação dos conflitos sociais (SANTOS, 2016: 85).

Se hoje, contudo, há um discurso petista querendo atribuir sua derrocada e a ascensão conservadora às manifestações de junho, é preciso lembrar que os movimentos que emergiram imediatamente após as jornadas foram todos, de alguma forma, ligados à esquerda – os quais, não raro, engajaram-se nas atividades de defesa do governo petista no

³⁶ Neste sentido, não deixa de chamar a atenção o fato de que intelectuais militantes que não podem ser acusados de “golpismo de direita”, oposição conservadora aos governos petistas ou qualquer coisa nesse sentido, como os petistas Lincoln Secco e Antonio David, já atentassem, em texto de 19 de junho de 2013, para o risco que a falta de uma direção mais clara – o que, de modo algum, confunde-se necessariamente como autoritarismo, verticalismo e outros que tais – nas manifestações, aliada à certa inércia do então prefeito petista de São Paulo, Fernando Haddad, no trato das reivindicações, fosse algo deletério para este mesmo político e abria uma boa oportunidade à direita e suas pautas. Cabe citá-los: “O que o MPL pode aprender com seu magnífico movimento inicial é que organizações horizontais não deixam de ter pessoas provisoriamente na liderança. Mas os líderes devem obedecer às bases e podem ser trocados. E as bases não são as pessoas nas ruas simplesmente, mas aquelas que comprovam real participação nas tarefas decididas. O MPL tem sim o direito de vetar atos que os seus membros orgânicos não decidiram previamente. Para os partidos está dado o recado: está havendo um ensaio de algo diferente que poderá suscitar organizações de tipo novo à direita e à esquerda, assim como existem partidos verticais de direita e de esquerda. A juventude deve invocar o tumulto. É seu direito. É seu dever. Depois, estudar, estudar e estudar. Só assim se aprende. Primeiro nas ruas, depois se reorganizando. Não tenham medo. Continuem na luta. Mas saibam mudar a tática e desarmar o adversário. Ele tem nome: os fascistas que o discurso de direita disfarçado de combate à corrupção despejou nas ruas. É possível que passeatas atrás de carros de som e líderes rotativos do próprio MPL no comando sejam a solução imediata que sindicatos mais à esquerda podem emprestar ao movimento, pois as atuais manifestações carecem deste elemento básico: o direcionamento conferido por quem fala mais alto. Mas a saída estratégica passa por São Paulo e pela prefeitura. O MPL não quer e nem poderia influenciar o quadro eleitoral que ainda está distante. Mas precisa de uma saída digna para eliminar a gordura indesejada do movimento. A saída é o prefeito quem deve oferecer: baixar a tarifa e abrir um diálogo permanente sobre mudanças estruturais nos transportes.” Ver: <http://www.viomundo.com.br/politica/secco-e-david-ao-mpl-saibam-mudar-a-tatica-e-desarmar-o-adversario.html> Acesso em 30 set 2017.

processo de golpe acentuado a partir de 2015. Caberia, quiçá, se não ao governo petista, certamente ao partido, de capilaridade popular inegável, ter realizado uma intervenção ativa no processo, com vigor e à esquerda. Seria ousado, talvez até demais para os limites históricos não apenas do lulismo como forma de governo (SINGER, 2012), mas mesmo do que se gestou com os processos de alteração política e programática internos à própria organização – interpretados, por dois diferentes leitores de Gramsci, como “transformismo” ou “aggiornamento” (COELHO, 2005; SECCO, 2015). Este impedimento inerente ao próprio caráter que o partido assumiu em sua trajetória fica expresso, inclusive, na forma com que boa parte dos intelectuais petistas interpretam e atribuem significado ao fenômeno de Junho de 2013³⁷. O preço de recusar disputar a direção do processo (através de sua imediata condenação) é alto.

Como argumentamos no início desse texto, às vésperas de junho o consenso apresentava-se cada vez mais escasso, o que se verifica pelo expressivo salto no número de horas paradas em 2012, fato cujo significado não é outro que não o de que setores não ignoráveis da classe trabalhadora não mais aceitavam passivamente as mesmas condições de dominação de classe até então estabelecidas. A luta de classes, enquanto dinâmica das relações sociais de produção e marcador de ritmo histórico, não pode ser abolida por decreto. Com o intensificar das disputas pela apropriação da riqueza socialmente produzida (seja na luta por mais direitos sociais, ou mesmo pelo aumento salarial, seja na disputa pelos rumos da política econômica tendo em vista a desoneração de encargos tributários), verifica-se um particular investimento em mecanismos a dar conta seja do consenso (gradualmente dificultoso, como já lembramos), seja da coerção, seu par conceitual de acordo com as reflexões gramscianas. O fomento aos aparelhos privados de hegemonia vinha em um crescendo na última década, e não seria forçoso assumir a hipótese de que vem sendo acentuado em reação tanto ao aumento da mobilização combativa da classe trabalhadora quanto ao que havia de potencial contestatório nos ocorridos de junho. Os mecanismos de coerção também passaram a ser fomentados, haja vista a criação de um aparelho jurídico antiterrorista, o investimento de altas somas monetárias na modernização

³⁷Em recente entrevista, o principal líder do PT, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contestou abertamente o caráter democrático das manifestações de junho de 2013. Ver: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1909354-lula-diz-que-foi-precipitado-considerar-atos-de-2013-democraticos.shtml?cmpid=comptw> Acesso 01 out 2017.

das forças policiais – já em treinamento intensivo pelo menos desde 2010 no Rio de Janeiro –, entre outros elementos, utilizados também em reação aos novíssimos movimentos sociais e à atividade sindical, culminando em larga medida no golpe de estado de 2016 e nas medidas draconianas que a ele se seguiram tendo em vista construir e exercer a hegemonia sob novas bases, um processo custoso que, no momento de redação desse texto, vem ensejando a formação e utilização de mecanismos fascistas “tout court” em ritmo gradual.

Neste sentido, é necessário admitir que a “janela histórica” que se abriu com a movimentação de massas no mês de junho de 2013 está em grande medida perdida. A esquerda partidária, no geral, não soube aproveitá-la – seja quem não percebeu que a radicalização estava implícita em sua própria estratégia de não-radicalização³⁸, seja aqueles que, de forma oportunista, ignoraram qualquer complexidade no processo, recusando-se a uma intervenção classista. Não obstante, muito daquela potencialidade ainda pode ser reavivada – indício disso é a expressiva Greve Geral do dia 28 de abril de 2017, maior mobilização da classe trabalhadora brasileira. Atente-se assim a alguns dos debates suscitados pelas grandes manifestações ocorridas em 2013, como os referentes à utilização pública do espaço urbano, além das questões relacionadas ao transporte coletivo. Assim, sustentamos aqui que as Jornadas de Junho de 2013 se inserem em um processo mais amplo de crise política que se acumulou de anos anteriores e se desdobrou em outros acontecimentos nos anos seguintes³⁹, fortalecendo novas formas de organização e movimentos sociais. Resta à História por desenrolar-se e ser escrita a resolução da equação entre a inevitável contradição entre esses novos sujeitos sociais, o modelo de desenvolvimento em que se inserem, e a reação à sua emergência e demandas.

³⁸É nesse sentido que argumentavam, “no calor da hora”, os analistas Lincoln Secco e Antonio David. Cf. <http://www.viomundo.com.br/politica/david-e-secco-sabera-o-pt-identificar-e-aproveitar-a-janela-historica.html> Acesso em 2 out 2017.

³⁹Sem espaço para abordagem minuciosa nesse artigo, mas de menção importante, é a movimentação de frações do capital em oposição à política econômica ensaiada no primeiro mandato de Dilma Rousseff, cujos esforços em torno da queda dos juros e da taxa Selic, em um momento de acentuar da crise econômica inaugurada em 2007-2008, renderam-lhe cada vez mais ruidosos incômodos a partir de abril de 2013, em um crescendo até o momento em que praticamente todas as frações burguesas, já no início de 2016, eram unânimes em torno de sua derrubada (SINGER, 2016).

Referências

BARTZ, Frederico Duarte. Problemas do sindicalismo na crise da Nova República: o caso da greve dos professores e dos garis do Rio de Janeiro, dos rodoviários de Porto Alegre e da greve nacional dos caminhoneiros (2013-2015). *Encontro Estadual de História ANPUH/RS* (13.: 2016 jul. 18-21: Santa Cruz do Sul) Anais eletrônicos. Porto Alegre: ANPUH, 2016.

BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. IN: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial; Carta Maior, 2013. pp. 79-82.

BRAGA, Ruy. Terra em transe. O fim do lulismo e o retorno da luta de classes. IN: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. (orgs.). *As contradições do lulismo. A que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. pp. 55-92.

BRAGA, Ruy; ANTUNES, Ricardo. Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões sociais de junho, julho de 2013. *Revista de Políticas Públicas (UFMA)*, v. 18, p. 41-47, 2014.

CALIL, Gilberto. Embates e disputas em torno das Jornadas de Junho. *Projeto História (PUC-SP)*, v. 47, p. 377-403, agosto de 2013.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital*. Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese de Doutorado (História). Niterói: UFF, 2005.

DIEESE. *Estudos e Pesquisas*. Nº 66, maio de 2013.

_____. *Estudos e Pesquisas*. Nº 79, dezembro de 2015.

HADDAD, Fernando. Vivi na pele o que aprendi nos livros. *Revista Piauí*. <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros/>. Acesso em 28 ago 2017.

IASI, Mauro. A rebelião, a cidade e a consciência. IN: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial; Carta Maior, 2013. pp. 41-46.

MATTOS, Marcelo Badaró. Uma greve, várias lições. A greve das universidades federais no Brasil em 2012. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, v. 4, p. 135-142, 2013.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. IN: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial; Carta Maior, 2013. pp. 13-18.

PINTO, Céli. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *Lua nova*, v. 100, p. 119-153, 2017.

POCHMANN, Márcio. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

SANTOS, Fábio L. B. *Além do PT: a crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana*. São Paulo: Elefante, 2016.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. Cotia: Editora Ateliê, 2015.

SINGER, André. *Os sentidos dos lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Brasil, junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas. *Novos estudos*, n. 97, p. 23-40, novembro de 2013.

_____. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. IN: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. (orgs.). *As contradições do lulismo. A que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. pp. 21-54.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. IN: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial; Carta Maior, 2013. pp. 35-40.

ZIZEK, Slavoj. Problemas no paraíso. IN: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial; Carta Maior, 2013. pp. 101-108.

Recebido em: 02 de outubro de 2017

Aceito em: 08 de dezembro de 2017